

PROCESSO - A.I. Nº 09064273/02
RECORRENTE - MK DISTRIUBIDORA DE BEBIDAS E CEREAIS LTDA.
RECORRIDA - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECURSO - RECURSO VOLUNTÁRIO - Acórdão 2ª JJF nº 0455-02/02
ORIGEM - IFMT – DAT/SUL
INTERNET - 12.12.03

1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJP Nº 0669-11/03

EMENTA: ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. CONTRIBUINTE IDENTIFICADO, REALIZANDO OPERAÇÕES DE VENDAS SEM EMISSÃO DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL CORRESPONDENTE. EXIGÊNCIA DE MULTA. Modificada a Decisão. Documentos acostados aos autos elidem a acusação fiscal. Recurso **PROVIDO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 06/09/02, exige a multa de R\$ 600,00, em razão do contribuinte estar realizando operações de vendas sem emissão de documentação fiscal correspondente, conforme apurado através de Auditoria de Caixa e documentos, às fls. 2 a 7 dos autos. Foram dados como infringidos os arts. 201; 218 e 220 c/c o art. 142, VII, todos do RICMS, aprovado pelo Decreto nº 6.284/97, sendo a multa aplicada nos termos do art. 42, XIV-A, “a”, da Lei nº 7.014/96.

VOTO PROFERIDO PELO RELATOR DE 1ª INSTÂNCIA

“Da análise das peças processuais, verifica-se que o autuado realizou vendas sem a emissão de documentos fiscais, conforme constatado através da Auditoria de Caixa, subscrito por preposto do autuado, constante à fl. 3 do PAF, na qual comprova o ingresso de numerários no montante de R\$ 734,00, sem que houvesse a emissão de qualquer documento fiscal relativo a tais vendas.

O autuado, em suas razões de defesa, ressalta que os documentos fiscais foram emitidos e registrados em seus livros próprios, contudo não traz aos autos os aludidos documentos como prova de sua alegação, conforme determina o art. 123 do RPAF, aprovado pelo Decreto nº 7.629/99.

O artigo 42, inciso XIV-A, alínea “a”, da Lei nº 7.014/96, estabelece a multa de R\$ 600,00, aos estabelecimentos comerciais que forem identificados realizando operações sem a emissão da documentação fiscal correspondente.

Portanto, ficou caracterizada a venda das mercadorias sem emissão da documentação fiscal correspondente, sendo pertinente a multa aplicada pelo descumprimento de obrigação tributária acessória, exigida através do Auto de Infração, o qual foi lavrado dentro da absoluta legalidade.

Diante do exposto, voto o Auto de Infração Procedente.”

RECURSO VOLUNTÁRIO

Trata-se de Recurso Voluntário contra a Decisão da 2ª Junta de Julgamento Fiscal que julgou Procedente o Auto de Infração em lide para exigir multa.

Irresignado o recorrente apresenta tempestivamente Recurso Voluntário com o objetivo de elidir a acusação fiscal. Argúi que na sua peça inicial esmerou-se para demonstrar que não houve dolo,

má-fé ou simulação da sua parte. Ressalta que o princípio da boa-fé não foi observado na Decisão proferida, isso porque contém no Processo dados comprovados através de documentos idôneos no cumprimento das obrigações tributárias e que não foram levados em consideração pelo atuante.

Assevera que dentre os documentos anexados, destaca-se a Nota Fiscal nº 2693, modelo 1, série 2, no valor de R\$ 766,00 (setecentos e sessenta e seis reais) devidamente registrada no Livro de Saídas, no Livro de Registro de Apuração do ICMS e por fim no Livro de Diário o que vale dizer que os registros contábeis também foram realizados.

Conclui o seu arrazoado pugnando pelo conhecimento e respectivo provimento do Recurso Voluntário desobrigando-a da multa aplicada.

A PGE/PROFIS se manifesta através de Parecer esclarecendo que o recorrente anexa ao Recurso Voluntário cópias de notas fiscais de saída emitidas pelo autuado, além de cópias do Livro Registro de Apuração de ICMS e do Livro Registro de Saída, observando inclusive orientação contida no voto do relator do Acórdão JJF nº 0455-02/02, (fls. 24 e 25) e, solicitando que, em face da documentação acostada no PAF o seja encaminhado a ASTEC para que em diligência averigüe se os documentos trazidos aos autos são suficientes para elidir a autuação fiscal.

O Pedido de Diligência foi negado e o PAF retornou à Secretaria para pauta, e, na assentada do julgamento a representante da PGE/PROFIS acatou o indeferimento do Pedido de Diligência.

VOTO

A análise dos documentos apresentados pelo recorrente e acostados aos autos do Processo, comprovam que o contribuinte elidiu a ação fiscal, isso porque comprova a realização de vendas com a emissão de notas fiscais (vide doc.fl. 41) em valor compatível com o numerário encontrado na Caixa Registradora, notas essas, devidamente lançadas nos seus registros fiscais e contábeis (doc. fl. 45).

Assim, o Voto é pelo PROVIMENTO do Recurso Voluntário para reformar a Decisão recorrida e, julgar IMPROCEDENTE o Auto de Infração em lide.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **PROVER** o Recurso Voluntário apresentado para modificar a Decisão recorrida e julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº 09064273/02, lavrado contra **MK DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS E CEREAIS LTDA**.

Sala das Sessões do CONSEF, 25 de novembro de 2003.

ANTÔNIO FERREIRA DE FREITAS - PRESIDENTE

ALBERTO NUNES VAZ DA SILVA - RELATOR

MARIA JOSÉ RAMOS COELHO LINS DE ALBUQUERQUE SENTO SÉ –REPR DA PGE/PROFIS